



## EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A.

CNPJ: 18.528.267/0001-11

1/3

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2016

## Senhor Acionista,

A Diretoria da EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao exame e deliberação de V.S.s. o Relatório da Administração que destaca as principais ações desenvolvidas pela Empresa, as Demonstrações Contábeis acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, às quais se incorporam ainda o Relatório dos Auditores Independentes, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, referentes à situação patrimonial e financeira da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas de forma comparativa com o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

## 1. GESTÃO EMPRESARIAL

## 1.1. Gestão de negócios

Em cumprimento ao seu objeto social, a Companhia atua como mandatária do Estado de Minas Gerais em contratos de concessões e parcerias público-privadas, para isso assumindo obrigações relacionadas às contraprestações pecuniárias ou de qualquer outra natureza no âmbito dos referidos contratos. No exercício de 2016, foram pagos como contraprestações aos Parceiros Privados, em nome do Estado de Minas Gerais, o montante de R\$213.379 mil. No exercício de 2015, foram pagos R\$262.435 mil.

Pagamentos de Contraprestações - (R\$ mil)		
Parcerias Público-Privadas	2015	2016
Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A	137.521	95.933
Gestores Prisionais Associados S/A - GPA	99.466	90.827
Minas Cidadão Centrais de Atendimento S.A	25.448	26.619
<b>Total</b>	<b>262.435</b>	<b>213.379</b>

A EMIP atua, ainda, na comercialização de bens imóveis próprios não de uso, tendo auferido neste exercício uma receita líquida de R\$944 mil com a venda de 25 imóveis por meio de concorrências públicas. No exercício anterior, foi apurada receita líquida de R\$1.061 mil com a venda de 26 imóveis. Restam no estoque de imóveis disponíveis para venda 110 imóveis, registrados pelo valor de R\$8.361 mil. Com base nos mais recentes laudos de avaliação desses imóveis, a Companhia registrou um impairment de R\$2.137 mil, de modo a refletir o valor justo que é de R\$6.224 mil.

Estoque de Imóveis	Quantidade	Valor (R\$ mil)
Posição em 31/12/2015	135	9.878
Imóveis vendidos	(25)	(1.517)
Impairment de imóveis disponíveis para venda	-	(2.137)
<b>Posição em 31/12/2016</b>	<b>110</b>	<b>6.224</b>

## 1.2. Recursos Humanos

A Companhia utiliza a mão de obra dos empregados de sua controladora, valendo-se de Convênio de Cooperação Técnica firmado entre as partes. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia

Balço Patrimonial				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015				
(Em milhares de Reais)				
	Notas	2016	2015	
<b>A T I V O</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	140	1.004	
Tributos a recuperar	6	200	1.363	
Imóveis Para Venda	8	6.224	9.878	
Outras contas		30	20	
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>6.594</b>	<b>12.265</b>	
Depósitos judiciais		91	-	
Contas a receber do EMG	5	41.028	40.743	
Tributos a recuperar	6	1.197	-	
Imobilizado		1	2	
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>42.317</b>	<b>40.745</b>	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>48.911</b>	<b>53.010</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido						
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015						
(Em milhares de Reais)						
	Notas	Reservas de lucros			Lucros Acumulados	Total
		Capital social	Legal	Retenção de Lucros		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>		<b>26.025</b>	<b>1.642</b>	<b>14.699</b>	-	<b>42.366</b>
Integralização de capital		95.000	-	-	-	95.000
Aumento de Capital com retenção de lucros		14.699	-	(14.699)	-	-
Reversão de dividendos a pagar exercício anterior		4.900	-	-	-	4.900
Capital a Integralizar		(40.540)	-	-	-	(40.540)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.867	4.867
Reserva legal		-	243	-	(243)	-
Dividendos obrigatórios distribuídos		-	-	-	(1.156)	(1.156)
Retenção de lucros		-	-	3.468	(3.468)	-
Reclassificação para Obrigação por Repasse - PPP		(54.460)	-	-	-	(54.460)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>45.624</b>	<b>1.885</b>	<b>3.468</b>	-	<b>50.977</b>
Integralização de capital	10.a	10.000	-	-	-	10.000
Aumento de Capital com retenção de lucros		3.468	-	(3.468)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.a	162.554	-	-	-	162.554
Reversão de dividendos a pagar exercício anterior		1.156	-	-	-	1.156
Capital a Integralizar	10.a	40.540	-	-	-	40.540
Prejuízo do exercício	10.d	-	-	-	(4.230)	(4.230)
Reserva legal	10.b	-	(1.885)	-	1.885	-
Reclassificação para Obrigação por Repasse - PPP		(213.094)	-	-	-	(213.094)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>50.248</b>	-	-	<b>(2.345)</b>	<b>47.903</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

## 1 Contexto operacional

Em 2003, inspirado em experiências internacionais, o Governo de Minas estabeleceu o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas (PPP), com o objetivo de atrair investimentos privados em infraestrutura, por meio de relações contratuais de longo prazo. Para tanto, havia a necessidade de estabelecer mecanismos eficientes de regulação dos contratos.

Os primeiros parâmetros legais direcionados à regulação dos contratos de PPP no País foram aprovados em Minas Gerais em dezembro de 2003, por meio da Lei Estadual nº 14.868/03. Segundo essa lei, cabe ao ente privado contribuir com recursos financeiros, materiais e humanos, sendo remunerado segundo o desempenho obtido nas atividades contratadas. Além de criar o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, a importância desta lei está na criação do ambiente institucional para a modelagem e implantação de contratos de PPP, uma vez que instituiu o Conselho Gestor de PPP e a Unidade de PPP como unidades integrantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico.

Após a consolidação institucional e o desenvolvimento dos estudos de modelagem de projetos específicos, o Estado de Minas Gerais, visando o aperfeiçoamento do Programa Estadual de PPP's e o aprimoramento do mecanismo de mobilização de recursos para o pagamento das contraprestações e oferecimento de garantias, O Estado, em 2011, por meio da Lei Estadual nº 19.968 de 26/12/2011, autorizou a MGI – Minas Gerais Participações S.A., pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital aberto, controlada pelo Estado de Minas Gerais ("EMG"), vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais ("SEF"), a constituir subsidiária, em conformidade com a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de julho de 2013, com a finalidade de realizar operações estruturadas de mercado relacionadas com seus ativos.

Portanto, nesse contexto, em 16 de julho de 2013, foi lavrada no

possui em seu passivo o montante de R\$757 mil a pagar à MGI relativo ao compartilhamento de mão de obra, nos termos do convênio firmado.

## 2. RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

A EMIP auferiu, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, receita operacional líquida de R\$944 mil proveniente da comercialização de bens imóveis próprios não de uso, apresentando uma redução de 11% em relação ao exercício de 2015, quando auferiu R\$1.061 mil.

O custo apurado no exercício totalizou R\$1.549 mil, composto por: (i) R\$1.517 mil relativo ao custo de aquisição dos imóveis vendidos; (ii) R\$28 mil relativo ao custo de avaliação dos imóveis vendidos; (iii) R\$4 mil relativo ao IPTU dos imóveis vendidos. No exercício anterior, o custo foi 15% superior, totalizando R\$1.812 mil.

Dessa forma, a EMIP apurou, no exercício de 2016, prejuízo operacional bruto de R\$605 mil, enquanto no exercício de 2015 o prejuízo foi de R\$751 mil. O prejuízo operacional observado em ambos os exercícios ocorreu porque alguns imóveis vendidos apresentaram desvalorização em relação ao custo de aquisição.

O resultado financeiro líquido apurado pela Companhia no exercício de 2016 foi de R\$263 mil, inferior em 97% ao resultado apurado no exercício de 2015, que foi de R\$9.445 mil. Esse resultado refere-se aos rendimentos de aplicações financeiras, deduzidos IOF e despesas bancárias. Esta diminuição decorre da redução do montante de recursos aplicados, em razão da execução dos pagamentos de contraprestações das parcerias público-privadas.

Com base nos resultados supramencionados, a EMIP auferiu no exercício de 2016 prejuízo líquido de R\$4.230 mil, enquanto no exercício anterior alcançou lucro de R\$4.867 mil. Essa redução de 187% observada no resultado líquido decorre, sobretudo, da redução das receitas financeiras, que foram fator preponderante para o lucro alcançado em 2015.

Considerando que a principal atividade fim da EMIP, pela qual foi fundada, é a atuação como mandatária do Estado de Minas Gerais no âmbito das PPP's, a Administração considera cumpridos seus objetivos definidos para o exercício.

## 3. AUDITORIA INDEPENDENTE

A Administração cumpre esclarecer que a prestação de serviços por auditores independentes restringe-se exclusivamente à auditoria das demonstrações financeiras, não havendo a prestação de outros serviços.

## 4. AGRADECIMENTOS

A Administração da EMIP considera cumpridas as principais ações e metas propostas para o exercício de 2016 e agradece o apoio e a orientação recebidos de sua controladora MGI, da Secretaria de Estado de Fazenda, da Advocacia Geral do Estado, dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como destaca a competência e o profissionalismo de seus colaboradores.

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2016.

A Administração.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2016	2015
<b>Receita</b>	11	<b>944</b>	<b>1.061</b>
Custos	12	(1.549)	(1.812)
<b>Resultado bruto</b>		<b>(605)</b>	<b>(751)</b>
Despesas administrativas	12	(1.755)	(1.356)
Outras receitas		4	-
Perda na recuperação de imóveis para venda	8.a	(2.137)	-
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>(4.493)</b>	<b>(2.107)</b>
Receitas financeiras	13	309	9.501
Despesas financeiras	13	(46)	(56)
<b>Receitas financeiras, líquidas</b>		<b>263</b>	<b>9.445</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(4.230)</b>	<b>7.338</b>
Impostos de renda	7	-	(1.811)
Contribuição social	7	-	(660)
		-	(2.471)
<b>Resultado do exercício</b>		<b>(4.230)</b>	<b>4.867</b>
<b>Resultado p/ lote de mil ações (básico e diluído em R\$)</b>		<b>(9)</b>	<b>10</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
<b>Resultado do exercício</b>	10-d	<b>(4.230)</b>	<b>4.867</b>
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>(4.230)</b>	<b>4.867</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor.

## c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da EMIP. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o CPC/IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

## 3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo serão aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios subsequentes dessas demonstrações financeiras.

## a. Instrumentos financeiros

## (i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que ocorreram. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a EMIP se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro não é reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: contas a receber de clientes e outros créditos e títulos e valores mobiliários.

## Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de renda fixa com rentabilidade diária e sem carência para resgate, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo. (Veja nota 4).

## Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber do Estado de Minas Gerais referente aos pagamentos de contraprestações de parcerias público-privadas realizadas, (Veja nota 5). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de negócio da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

## Ativos mantidos para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de conversão de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado, (veja nota 8).

## (ii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retiradas, cancelada ou liquidada.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: impostos a pagar, dividendos a pagar e obrigações por repasse. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

## (iii) Capital social

## Ações ordinárias

Ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios foram creditados durante o exercício de competência.

## b. Redução ao valor recuperável (impairment)

## (i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do

## Demonstrações dos fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>(4.230)</b>	<b>4.867</b>
<b>Ajustes para:</b>		
Perda na recuperação de imóveis para venda	2.137	-
	(2.093)	4.867
(Aumento)/Diminuição de títulos e valores mobiliários	-	201.636
(Aumento)/Diminuição de tributos a recuperar	(34)	201
(Aumento)/Diminuição Imóveis para Venda	1.517	1.771
(Aumento)/Diminuição de depósitos judiciais	(91)	-
(Aumento)/Diminuição contas a receber do EMG	(213.378)	(262.435)
(Aumento)/Diminuição de outras contas	(10)	(20)
Aumento/(Diminuição) de fornecedores	656	53
Aumento/(Diminuição) de salários e encargos sociais	4	9
Aumento/(Diminuição) de tributos a recolher	76	(204)
Aumento/(Diminuição) de obrigações por repasse	(605)	668
<b>Caixa gerado nas atividades operacionais</b>	<b>(213.958)</b>	<b>(53.454)</b>
Aquisições imobilizado/intangível	-	(2)
<b>Caixa proveniente de (usado em) atividades de financiamento</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>
<b>Aumento Capital Social</b>	<b>213.094</b>	<b>74.059</b>
<b>Reserva de lucros a destinar (Integralização de capital)</b>	<b>-</b>	<b>(19.599)</b>
<b>Caixa proveniente de (usado em) atividades de financiamento</b>	<b>213.094</b>	<b>54.460</b>
<b>Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(864)</b>	<b>1.004</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	140	1.004
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.004	-
<b>Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(864)</b>	<b>1.004</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido sob condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e reconhecida no resultado.

## c. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

## d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendimentos de aplicações em fundos de investimentos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos, deduzidos do PIS e COFINS não cumulativos incidentes sobre as receitas financeiras.

As despesas financeiras abrangem de encargos financeiros e impostos incidentes sobre passivos e despesas bancárias diversas.

## e. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente é reconhecida no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

## f. Novas normas e interpretações ainda não adotadas.

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia, não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

## IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)